

Fundação usou de artifício

As irregularidades descobertas pela CPI do Orçamento no convênio assinado pelo governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, com o Ministério da Ação Social não se resumem à data da assinatura. Para ser escolhida — sem licitação — para construir 54 galpões da Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan), a Fundação Fraternidade Essênia do Brasil usou artifício. Obteve na Associação Comercial do Distrito Federal “declaração de exclusividade” para “fornecimento, montagem e construção de casas pré-moduladas, escolas, creches, asilos para idosos, parques de lazer e equipamentos para ginástica em troncos de madeiras laminadas, fixadas com sarrafos sem pregos, com exclusividade também para o Estado de Goiás”.

Os parlamentares consideram um absurdo que a declaração tenha sido concedida pela Associação Comercial, quando só teria crédito se assinada por alguma entidade vinculada à construção civil. Mesmo assim, os deputados Sérgio Miranda (PC do B/MG) e Augusto Carvalho (PPS-DF) estranharam que alguém tenha exclusividade para a construção de escolas, creches e asilos.

Advertência — Dois técnicos da Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan), designados para fiscalizar a obra — José Roberto Silva de Domênico e Guilherme Boechat Véo — alertaram, em 21 de março de 1991, a diretoria de Administração da empresa que a declaração era inconsistente, pois o projeto previa uma edificação convencional.

A declaração foi obtida em 21 de fevereiro de 1991, depois que a empresa do DF, a Novacap, já havia entregue à Fundação Essênia 55 estruturas metálicas que serviriam para a construção dos galpões. As estruturas foram doadas pelo Ministério da Ação Social ao Governo do DF por um termo de compromisso assinado em 6 de fevereiro.

O convênio para a construção dos galpões previa a liberação de R\$ 208,9 milhões (em valores da época, cerca de 1,2 milhão de dólares). Metade desse valor, R\$ 104,45 milhões, foi liberado em 5 de fevereiro de 1991 e recebido pela Fundação Essênia em 5 de março, dia em que foi assinado o contrato entre a Fundação e a Codeplan. O dinheiro ficou parado um mês, mas a CPI ainda não conseguiu descobrir na conta de que entidade foi depositado ou se aplicado no mercado financeiro.